

Contendo a revolução: a Aliança para o Progresso e o treinamento militar dos EUA na América Latina

Henrique Alonso de A. R. Pereira

Resumo

O objetivo deste trabalho foi investigar as conjunturas históricas por meio das quais a implementação da Aliança para o Progresso, principal programa de política externa dos EUA durante a década de 1960, influenciou no treinamento militar desenvolvido pelo governo estadunidense na América Latina. Verificou-se nesse período uma importante reorientação da política externa dos EUA, que passou da ênfase na defesa hemisférica para a prioridade no desenvolvimento de políticas que garantissem a segurança interna. Tal mudança proporcionou significativas mudanças nas relações entre Estados Unidos e América Latina a partir da década de 1960.

Palavras-chave: Relações militares EUA-América Latina. Aliança para o Progresso. Treinamento militar na América Latina.

Durante a década de 1960, ao mesmo tempo em que implementava a Aliança para o Progresso,¹ o governo do Estados Unidos dava prosseguimento aos contínuos investimentos em treinamento de policiais e militares latino-americanos associados aos programas de contrainsurreição. Tal postura, que vinculou a instrução em táticas militares como parcela da política externa, marcou profundamente as relações entre os Estados Unidos e a América Latina desde o início do século XX.

O governo estadunidense, durante a gestão John Fitzgerald Kennedy (1961-1963), deu destaque especial às relações interamericanas. A administração John Kennedy tentou transformar as estruturas socioeconômicas das nações latino-americanas através da Aliança para o Progresso. Enquanto intervinha nos processos

* Doutor em História e professor Adjunto da UFRN.

Recebido em 1º/11/2010 - Aprovado em 1º/12/2010
Publicado em agosto de 2011

políticos dos países do continente latino, prestando apoio e suporte a líderes, movimentos e instituições com orientação anticomunista, conduzia também uma verdadeira guerra contra o governo castrista cubano. A gestão Kennedy também provocou mudanças significativas nas relações militares entre os Estados Unidos e a América Latina. Ela procurou romper com a noção segundo a qual as Forças Armadas latino-americanas teriam apenas a responsabilidade de defender seus respectivos países de um ataque externo. Ao invés disso, o governo estadunidense procurou usar sua ajuda militar como um incentivo para convencer e conduzir os oficiais militares a se concentrarem na segurança interna e no desenvolvimento nacional. Contrainsurreição, ação civil e segurança pública deveriam se tornar, na visão estadunidense, as novas missões para as forças de segurança da América Latina.

No início da década de 1960 os Estados Unidos implementavam ainda um programa de ajuda militar que haviam herdado do legado da Segunda Guerra Mundial. A experiência da guerra motivara o governo estadunidense a querer que a América Latina mantivesse uma relação de dependência militar diante dos Estados Unidos. Antes da guerra, vários países sul-americanos haviam comprado armas e recebido treinamento militar da Europa.

Esforçando-se para excluir, ou, no mínimo, limitar outras influências estrangeiras na América Latina e promover as ideias estadunidenses sobre paz e segurança, lideranças norte-americanas propuseram uma política de padronização de

armas para todo o continente. Os Estados Unidos providenciariam armas se os países latino-americanos cooperassem com a defesa hemisférica no pós-Segunda Guerra Mundial, tornassem suas bases militares disponíveis para as Forças Armadas dos Estados Unidos (Marinha e Aeronáutica) e concordassem em não comprar equipamento e treinamento de procedência estrangeira que não a norte-americana.

No início da década de 1950, ainda durante a Guerra da Coreia (1950-1953), que havia intensificado os temores estadunidenses de uma conspiração comunista internacional, a gestão Harry Truman (1945-1953) conseguiu persuadir legisladores a incluírem a América Latina num programa global de ajuda militar patrocinado pelos Estados Unidos. A administração Dwight Eisenhower (1953-1961) deu continuidade ao programa, providenciando um adicional de cerca de US\$ 400 milhões em assistência militar. Nesses oito anos foram transferidos equipamentos militares pesados para a América Latina, como aviões de combate, navios de guerra e tanques.² Como tal ajuda militar poderia efetivamente auxiliar quem quer que fosse, em termos de defesa hemisférica, foi uma questão não completamente examinada. Aqueles equipamentos seriam, muito provavelmente, inúteis diante de um ataque nuclear soviético, uma das grandes preocupações dos Estados Unidos que ganharia corpo durante a crise dos mísseis em Cuba em 1962.

Seja como for, a ajuda militar providenciada durante o governo Eisenhower foi útil, pelo menos, para ajudar os Esta-

dos Unidos a cultivar boas relações diplomáticas com as ditaduras militares que dominavam a América Latina na década de 1950. Esse raciocínio, ou dedução, tornou-se bastante incômodo para o governo dos Estados Unidos durante o fim do segundo mandato de Dwight Eisenhower. Os tumultos políticos que ocorreram durante, e que se seguiram após, a viagem do então vice-presidente estadunidense Richard Nixon pela América do Sul em 1958 preocuparam não apenas os cidadãos norte-americanos, mas também, e principalmente, lideranças políticas emergentes, como o então senador e candidato a presidente John Fitzgerald Kennedy (JFK).

Kennedy denunciava que o governo Dwight Eisenhower estaria armando ditadores. Ele questionava ainda as políticas de ajuda militar da gestão Eisenhower anteriores à Revolução Cubana (1959). Durante a década de 1950, os Estados Unidos haviam fornecido US\$ 16 milhões a Cuba em assistência militar e treinado cerca de quinhentos militares cubanos.³ Entretanto, como se verificou posteriormente, as forças castristas, utilizando de tática de guerra de guerrilhas, haviam derrotado o exército do governo Fulgêncio Batista que estava no poder desde 1952.⁴ Questionava-se então, na burocracia interna da administração Eisenhower, se outros governos latino-americanos também não viriam a sucumbir diante de insurgências inspiradas na experiência cubana. Além disso, reconhecia-se que o dinheiro gasto em equipamento militar pesado poderia ser mais bem empregado para combater a pobreza na América Latina e a frustração que esta-

va sendo gerada, em especial nos Estados Unidos, pelo fermento revolucionário no continente.⁵

Durante o último ano de seu segundo mandato, entre 1960 e 1961, o governo Dwight Eisenhower começou a reorganizar seus programas de ajuda militar para a América Latina. Premido pelo que considerou como a “desagradável” experiência da Revolução Cubana, o governo dos Estados Unidos agora passaria a estimular o desenvolvimento de forças menores, com maior mobilidade, que fossem capazes de manter a segurança interna contra distúrbios civis e insurreições. Os militares latino-americanos “deveriam”, na visão estadunidense de então, aprender novas táticas de combate para conter a “ameaça” das guerrilhas comunistas. O governo norte-americano também esperava que os soldados latino-americanos pudessem contribuir com o que denominaram “programas de ações civis”, quais fossem: construção de açudes (represas, diques), estradas e outros projetos sob a direção de engenheiros militares.⁶

Se o governo Eisenhower apenas começou a usar expressões como “contrainsurgência”, “ação civil” e “segurança interna”, a gestão John Kennedy esmerouse, decididamente, em transformar essas palavras em conceitos-chave de sua política externa para a América Latina. Suas análises sobre as intenções dos governos soviético de Nikita Krushchev e cubano de Fidel Castro, baseado no discurso sobre “guerras de liberação nacional” do primeiro e na fracassada experiência da Baía dos Porcos quando tentou derrubar o segundo,

convenceram a administração Kennedy de que os Estados Unidos necessitavam tomar novas ações militares para prevenir que outras, como a Revolução Cubana, se espalhassem pelo continente.

No começo de setembro de 1961, o governo John Kennedy lançou um documento importante a respeito do posicionamento militar dos Estados Unidos perante a América Latina. Tal documento, na época classificado como “segredo” pelo governo norte-americano, só seria disponibilizado para a pesquisa 35 anos depois, em 1996. Tratava-se do *National Security Action Memorandum* número 88 (NSAM-88), por meio do qual o presidente Kennedy demonstrava sua grande preocupação com as relações militares no continente. Em grande medida, como JFK chega ele próprio a citar no memorando, a situação política do Brasil contribuíra para dar atenção especial às questões militares na América Latina. Nesse momento o Brasil vivia, então, uma crise institucional com a renúncia de Jânio Quadros em fins de agosto de 1961. Os militares, que tiveram papel importante e decisivo nessa conjuntura, vetaram a posse do então vice-presidente João Goulart, que, mesmo assim, assumiria depois com seus poderes significativamente reduzidos pela implantação do parlamentarismo. Nessa circunstância, John Kennedy procurava deixar claro ao secretário de Defesa a importância prioritária que dava às questões militares na implementação da política externa dos Estados Unidos para a América Latina:

Gostaria de ouvir de você quais são os passos que nós estamos dando para treinar as forças armadas da América Latina para controlar tumultos, guerrilhas, etc. Além disso, como os eventos da semana demonstraram no Brasil, os militares ocupam uma posição estratégica extremamente importante na América Latina. Eu quero saber quantos oficiais nós estamos trazendo da América Latina para treinar aqui e o que nós podemos fazer para aumentar seu número. Também [quero saber] quais outros passos que nós estamos tomando para aumentar a intimidade entre nossas forças armadas e os militares da América Latina [...]. Nós devemos trazer vários bons oficiais de diferentes países da América Latina para um período de 1 ou 2 meses; nós devemos ter membros do FBI que podem lhes falar sobre técnicas que eles desenvolveram para controlar o comunismo e a subversão, e podemos também ter nossos militares vindo para ensiná-los como controlar tumultos e lutar contra guerrilhas. Além disso, para aumentar sua eficácia, [tais ações] devem fortalecer os laços [dos latino-americanos] com os Estados Unidos.⁷

Para assegurar que suas preocupações recebessem constante atenção, em janeiro de 1962 John Kennedy editou o NSAM-124, criando o Special Group on Counterinsurgency, grupo especial ligado à Casa Branca que trataria exclusivamente das questões relativas à contrainsurgência. Na chefia desse grupo estava ninguém menos que o procurador-geral dos Estados Unidos e irmão do então presidente, Robert Kennedy.⁸ Alguns meses depois, em junho de 1962, JFK continuaria insistindo que seu governo desse atenção destacada ao assunto e fez publicar o NSAM-163, por meio do qual determinava que lideranças

civis e militares de sua administração participassem de um seminário de cinco semanas, que envolvia vários órgãos governamentais, intitulado “Problemas de desenvolvimento e defesa interna na América Latina”.⁹

Embora as iniciativas do governo John Kennedy tenham nascido, pelo menos em grande medida, dos temores da “subversão” comunista, também refletiam ideias de alguns estudiosos estadunidenses, segundo as quais organizações militares poderiam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, tal como proposto pela Aliança para o Progresso. John Johnson, professor da universidade de Stanford, argumentava na década de 1960 que os militares latino-americanos não eram mais originários ou sequer representavam as antigas oligarquias do continente. Como os setores civis médios, os militares desejavam ordem e eficiência administrativa, desenvolvimento industrial e progresso tecnológico. Esses novos militares seriam tão “competentes como qualquer outro grupo preocupado com a política nacional” e poderiam servir como um “bastião da ordem e segurança”.¹⁰ Seguindo a mesma direção, Lucian Pye, professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), afirmava que os militares poderiam servir como “agentes modernizadores”, fortalecendo ações administrativas das “nações em desenvolvimento”.¹¹ Max Milikan, também do MIT, sugeria que mais militares latino-americanos deveriam ser trazidos para os Estados Unidos para aprender os “usos potenciais do exército na economia e no desenvolvimento social”.¹² Tais per-

cepções sobre o papel dos militares estava em sintonia com a opinião do assessor de segurança nacional da Casa Branca, Walt Rostow, tal como expressa numa palestra de fim de curso das então Forças Especiais dos Estados Unidos, os Boinas-Verdes. Para Rostow, o papel de um soldado treinado no processo de modernização poderia ser comparado, ou era equivalente, ao de um médico, professor ou especialista em agricultura.¹³

A ideia de que o desenvolvimento e a segurança poderiam ser alcançados por meio de uma “modernização militar” tornou-se um fundamento básico da abordagem que o governo dos Estados Unidos, especialmente durante a gestão John Kennedy, fez da América Latina. Os formuladores da política externa estadunidense temiam que os habitualmente reprimidos setores das sociedades latino-americanas, uma vez alijados da ordem política tradicional, poderiam escolher o comunismo ao invés da democracia. Como observou um relatório produzido em conjunto pelos departamentos de Defesa e de Estado norte-americanos em fevereiro de 1962, no curto prazo, “as reformas geradas pela Aliança para o Progresso estão provavelmente debilitando, em vez de fortalecer o tecido social na maioria dos países latino-americanos”. Os comunistas (sempre eles) e outras “facções políticas esquerdistas” podem se dar conta de que podem explorar o tumulto e a agitação. Dessa forma, os Estados Unidos poderiam precisar que os militares latino-americanos preservassem a segurança interna até que as parcelas mais desfavorecidas da população latina

desfrutassem dos “benefícios do processo de modernização através da Aliança para o Progresso”.

Os oficiais militares latino-americanos tradicionalmente deram suporte às instituições e grupos políticos conservadores. “Hoje, entretanto, os mesmos fatores que estão revolucionando o ambiente civil estão afetando os grupos militares dirigentes da América Latina.” A “ascendente geração de jovens oficiais” está favorável às reformas econômicas e sociais. Os Estados Unidos, então, necessitariam tomar providências para assegurar a lealdade desses “oficiais da modernização” e treiná-los para enfrentar as “insurreições ou ações de guerrilhas nas áreas rurais”. O relatório produzido pelos departamentos de Defesa e de Estado norte-americanos reconhecia que a política para o robustecimento das forças militares latino-americanas estava “carregada de perigosas consequências políticas”. Os Estados Unidos teriam de ter cuidado para preservar o princípio do controle civil e evitar serem identificados “com qualquer ação retrógrada tanto para uma ditadura repressiva como para uma intervenção militar na vida política”.¹⁴

Outro relatório, concluído em novembro de 1961 por assessores militares do Departamento de Defesa e enviado ao presidente John Kennedy, explicava como os Estados Unidos poderiam se utilizar da assistência militar para alcançar os objetivos da Aliança para o Progresso. Por meio de uma rápida provisão de equipamento, treinamento e material, os Estados Unidos poderiam deslocar o foco dos militares latino-americanos da defesa externa

para aumentar “a capacidade das forças nativas para conduzir operações de contra-insurgência, anti-subversão e guerra psicológica”. Um programa educacional, vislumbrou os oficiais estadunidenses, poderia lhes dar a chance de ensinar “valores democráticos” para seus parceiros latino-americanos. Os militares que produziram esse relatório recomendavam que os latino-americanos preenchessem determinadas cotas que seriam disponibilizadas nas escolas militares dos Estados Unidos. Um contato próximo com os oficiais latino-americanos poderia dar aos Estados Unidos a oportunidade de demonstrar o potencial dos serviços militares que poderiam dar suporte ao “desenvolvimento econômico e social tal como proposto pela Aliança para o Progresso”.¹⁵ Este relatório otimista, de certa maneira até idealista, pareceu ter deixado John Kennedy “favoravelmente impressionado”.¹⁶

Dessa forma, desde seu início a gestão Kennedy vinha transformando o caráter das ações militares norte-americanas na América Latina. Nesse sentido, ao invés de se concentrar na defesa externa, os Estados Unidos reorientaram sua política militar para a América Latina. Segundo essa nova visão, os estadunidenses recomendavam que os países do continente latino concentrassem seus esforços na segurança interna e reconhecessem “a ameaça colocada pelo castrismo e pelo comunismo em geral”.¹⁷

Dessa forma, o governo dos Estados Unidos expandiu consideravelmente a ajuda militar norte-americana para a América Latina. Conforme informam os historia-

dores Stephen Rabe e Lars Schoultz, entre 1961 e 1964 os programas de assistência militar estadunidenses investiram uma média de US\$ 77 milhões anuais, representando um aumento de cerca de 50% se comparados aos quatros anos anteriores, quando do fim da década de 1950.¹⁸ Ao iniciar a expansão da assistência militar, a administração John Kennedy quebrou promessas feitas durante o lançamento da Aliança para o Progresso segundo as quais iria restringir os gastos com armamentos.

A gestão Kennedy foi além e, seguindo sua orientação, o governo dos Estados Unidos trabalhou para “aumentar a intimidade” com as Forças Armadas latino-americanas. Ainda em 1961, o general norte-americano Lyman Lemnitzer, então chefe do Estado Maior das Forças Armadas, informava ao presidente que o Departamento de Defesa havia reservado para latino-americanos várias vagas em cursos promovidos por instituições escolares militares dos Estados Unidos, a saber: 360 vagas para treinamento em controle de revoltas, 344 para treinamento em contrainsurgência, 160 para um curso de operações de guerra psicológica e 77 para cursos relacionados ao treinamento de civis. Para empreitada de tal envergadura, os Estados Unidos gastariam “apenas” US\$ 650 mil.¹⁹ Em 1962, ano em que se verificou o maior investimento em programas desse gênero, o governo norte-americano treinou quase nove mil militares latino-americanos. Entre 1961 e 1966, uma média anual de cerca de 3.500 militares latinos receberam treinamento em escolas militares mantidas pelos Estados Unidos, como, por exem-

plo, a *U.S. Army Caribbean School in the Canal Zone*, mais conhecida como “Escola das Américas”. Um grupo seleta, especialmente oficiais militares latino-americanos de patente mais alta, recebeu treinamento na *Special Warfare School*, localizada na cidade de Fort Bragg, no estado americano da Carolina do Norte. Na “Escola das Américas” os instrutores, normalmente militares, ministravam seus cursos em língua espanhola para facilitar o processo de ensino e aprendizagem de seus alunos. Nessa “escola” ensinavam-se, entre outros, cursos como operações clandestinas; comunismo e democracia; uso de informantes; interrogatório de prisioneiros e suspeitos; usos de rádio, fotografia e vídeo no trabalho de inteligência; manipulação de encontros e reuniões de massa; infiltração em guerrilhas e movimentos armados de esquerda.²⁰ Os “estudantes” deixavam as “escolas” militares americanas com conhecimento em ações de contrainsurgência e, presumivelmente, alguma noção das instituições e valores dos Estados Unidos.

Os instrutores estadunidenses tentavam fazer os latino-americanos bem-vindos. A esse propósito, num gesto fora do comum, o próprio presidente John Kennedy conseguiu arrumar tempo em meio à Crise dos Mísseis em Cuba para, pessoalmente, cumprimentar oficiais militares brasileiros que estavam em viagem pelos Estados Unidos, fazendo cursos em escolas militares norte-americanas.²¹

Além de oficiais militares das Forças Armadas, na década de 1960 os Estados Unidos incluíram representantes das forças policiais latino-americanas em progra-

mas de treinamento de segurança interna. Em 1961, o procurador-geral dos Estados Unidos, Robert Kennedy, informava a seu irmão, o então presidente John Kennedy, que agentes do FBI, confidencialmente, o haviam contatado para questionar até onde as polícias latino-americanas teriam condições de controlar revoltas e tumultos na medida em que não eram suficientemente bem treinadas para tais ações. Outros grupos ligados à segurança enviaram questionamentos semelhantes. Em resposta, em agosto de 1962, o governo JFK editou o NSAM-177, por meio do qual criava um órgão de assistência ao treinamento policial, o Office of Public Safety (Agência de Segurança Pública), que seria implementado sob a égide da AID. Logo após designou o Special Group on Counterinsurgency para supervisionar a implementação e o desenvolvimento da agência responsável pelo programa de treinamento policial. Esse novo organismo do governo dos Estados Unidos gozaria de uma linha de crédito especial “para que ela não pudesse ser cortada com projetos de desenvolvimento econômico”.²² Dessa forma, se às vezes chegaram a faltar verbas para os programas de desenvolvimento levados a cabo pela Aliança para o Progresso, o mesmo não ocorria, pelo menos não na mesma medida, com os programas de treinamento policial. Nessa direção, Stephen Rabe é contundente quando afirma que “mais técnicos americanos trabalhariam em projetos [de treinamento] policial que em programas de saúde e saneamento”.²³ Assim, desde o início do lançamento da Aliança para o Progresso, as iniciativas da política

externa norte-americana na América Latina estavam divididas e encaminhavam ações que pretendiam impulsionar o “progresso” econômico e, concomitantemente, promover treinamento policial e militar. Ambos os empreendimentos tinham, pelo menos, uma coisa em comum: o caráter decisiva e marcadamente anticomunista da diplomacia dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos investiram cerca de US\$ 43 milhões no treinamento e doutrinação das polícias da América Latina na década de 1960 e levaram cerca de três mil policiais latino-americanos tanto para a Inter-American Police Academy (Academia de Polícia Interamericana), assim como para a então nova International Police Academy (Academia Internacional de Polícia), localizada na capital estadunidense Washington. Várias missões de policiais norte-americanos também estiveram em cidades da América Latina naquela década, oferecendo tanto cursos “teóricos” quanto treinamento “prático” para policiais latino-americanos.²⁴

O governo dos Estados Unidos defendeu vigorosamente sua nova política militar para a América Latina durante a década de 1960, procurando, ao mesmo tempo, demonstrar como seus investimentos militares estavam relacionados com a democracia e com o progresso socioeconômico. O secretário de Defesa Robert McNamara, que ocupou o cargo entre 1961 e 1968 nos governos John Kennedy e Lyndon Johnson, afirmava a senadores estadunidenses em 1962 que “a exposição dos oficiais militares daquelas nações [latino-americanas] às nossas escolas familiarizá-los-á com

filosofias democráticas, formas democráticas de pensamento, com as quais retornarão para suas nações”. O general norte-americano Enemark, que supervisionava a assistência militar para a América Latina, posteriormente explicaria aos mesmos senadores que “forças latino-americanas, bem treinadas e bem disciplinadas, conduzidas por líderes treinados e orientados pelos Estados Unidos com visões moderadas irão prover a estabilidade e o grau que são necessários para o desenvolvimento social e econômico e para o sucesso da Aliança para o Progresso”.²⁵

Embora o governo norte-americano se mostrasse publicamente confiante sobre sua política de assistência militar para a América Latina, no início da década de 1960, especialmente durante a gestão John Kennedy, algumas lideranças governamentais importantes mostraram, ainda que mais reservadamente, certas objeções às novas ênfases relacionadas à segurança interna. Durante seu período como subsecretário de Estado, Chester Bowles alertava o presidente Kennedy, no seu primeiro ano de governo, que “nós [o governo norte-americano] estamos falhando em construir dentro de nossos programas de treinamento para o pessoal militar estrangeiro um entendimento dos valores e práticas da sociedade democrática”.²⁶ Outros altos funcionários do governo Kennedy previam que o envio de equipamento militar adicional para a América Latina iria, inevitavelmente, aumentar os custos de manutenção e operação de suas Forças Armadas. Funcionários ligados à administração da Aliança para o Progresso argumentavam

que as ações da política militar dos Estados Unidos levariam a que os governos dos países latino-americanos tivessem, como corolário, ainda menos recursos disponíveis para dedicar ao desenvolvimento econômico.²⁷ Tentando acalmar tais receios, o Departamento de Estado ordenou aos embaixadores norte-americanos na América Latina que mantivessem consultas com “civis pró-Estados Unidos e anti-comunistas” para checar até aonde os novos programas militares estariam criando dificuldades para a democracia e, em caso afirmativo, tomar atitudes a respeito.²⁸ Entretanto, como destacaria posteriormente o assessor da Casa Branca Arthur Schlesinger, essa ação do Departamento de Estado foi inócua, na medida em faltava aos embaixadores autoridade para suspender ou sequer alterar qualquer programa de ajuda militar proveniente dos Estados Unidos. Além disso, assevera Schlesinger, os embaixadores norte-americanos com maior cacife na América Latina, como era o caso de Lincoln Gordon no Brasil, apoiavam decisivamente os programas militares dos Estados Unidos no continente latino.²⁹

Se, de um lado, os programas de segurança interna e combate à contrainsurgência concebidos, implementados e financiados pelos Estados Unidos ajudaram a combater os movimentos comunistas e de esquerda na América Latina, esses programas, de outro lado, não se traduziram nos proclamados e prometidos benefícios democráticos que estavam associados a outras ações da política externa norte-americana, como a Aliança para o Progresso. Durante a década de 1960, ocorreram

nada menos de dezesseis mudanças de governo extraconstitucionais que abalaram politicamente a América Latina. Somente durante os três anos da gestão Kennedy, grupos militares derrubaram seis governos latino-americanos eleitos pelo voto popular. A maioria dos militares que assumiram os governos no continente a partir da década de 1960, assevera Stephen Rabe, recebeu algum tipo de treinamento dirigido pelos Estados Unidos.³⁰

A construção daquilo que Alain Riquié chamou de “Estado Militar na América Latina”,³¹ iniciada na década de 1960, demonstrou que o delírio segundo o qual a ação da política externa dos Estados Unidos iria formar sociedades mais “justas e democráticas” no continente não passava de sonhos de uma noite de verão. Quando os militares latino-americanos começaram a assumir o poder político, muitas vezes via golpes de estado, eles não atenderam, como haviam “previsto” estudiosos estadunidenses, como John Johnson e Lucian Pye, às aspirações dos setores médios civis. Embora muitos grupos militares tenham assumido o poder com forte apoio civil e, como no caso brasileiro, tenham prometido “varrer a corrupção e o comunismo” do governo para depois devolvê-lo ao civis já devidamente desinfetado de tais “pragas”, não foram esses os desdobramentos ocorridos.³²

A política externa dos Estados Unidos para a América Latina durante a década de 1960 teve como principal objetivo derrotar aquilo que o governo norte-americano considerava como a “ameaça” comunista. Acreditava-se, então, que o foco na segurança interna contribuiria decisivamente

para o sucesso dessa empreitada. Mas a administração estadunidense acreditava também que a segurança consistente e duradoura diante do “perigo vermelho” não poderia ser alcançada somente por meio de reformas sociais dentro de instituições democráticas. Embora tenha fabricado e divulgado uma construção imagético-discursiva, segundo a qual os ideais e valores democráticos da Aliança para o Progresso prevaleceriam na sua política externa, o governo dos Estados Unidos naquele momento, mais direta ou indiretamente, contribuiu significativamente para expandir o papel dos militares na América Latina. Como um pesquisador norte-americano que escreveu muito favoravelmente a respeito da “missão dos Estados Unidos no mundo” observou, um dos legados mais importantes que a Aliança para o Progresso deixou foi que “meios antidemocráticos não podem resultar em fins democráticos; governos militares raramente geram ordens democráticas. Imprensa censurada, movimento sindical desmantelado e movimento camponês aterrorizado não são materiais com os quais uma ordem democrática é facilmente montada”.³³

Containing the revolution: the Alliance for Progress and the US military training in Latin America

Abstract

The aim of this study was to investigate the historical circumstances under which the implementation of the Alliance for Progress, the most im-

portant program of U.S. foreign policy during the 1960s, influenced the military training developed by the U.S. government in Latin America. At that time there was a major refocusing of U.S. foreign policy, which changed the emphasis on hemispheric defense to the priority in developing policies that ensure internal security. This change brought significant changes in relations between the U.S. and Latin America since then.

Key words: U.S.-Latin America military relations. Alliance for Progress. Military training in Latin America.

Notas

- ¹ Para maiores detalhes sobre a Aliança para o Progresso, ver PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *Criar ilhas de sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil*. Tese (Doutorado em História) - PUC, São Paulo, 2005.
- ² Dados coletados em RABE, Stephen. *Eisenhower and Latin America: the foreign policy of anti-communism*. Chappel Hill: University of North Carolina Press, 1988. p. 153-161.
- ³ Cf. GIGLIO, James N. *The presidency of John F. Kennedy*. Lawrence: University Press of Kansas, 1991. p. 53-54.
- ⁴ Fulgência Batista já havia governado Cuba entre 1940 e 1944, mantendo o país naquela ocasião sob forte influência dos Estados Unidos.
- ⁵ Cf. RABE, Stephen. op. cit., p. 146.
- ⁶ *Ibid.*, p. 147-148.
- ⁷ National Security Action Memorandum (doravante NSAM), Nº 88. Washington, September 5, 1961. Secret. In: U.S. DEPARTMENT OF STATE. *FRUS*, 1961-1963. v. XII, American Republics. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1996. p. 180.
- ⁸ NSAM-124. January 18, 1962. In: U.S. DEPARTMENT OF STATE. *FRUS*, 1961-1963. v. VIII, National Security Policy. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1996. p. 236-238.

- ⁹ NSAM-163. Inter-Departmental Seminar. June 14, 1962. NARACP. General Records of the Department of State, National Security File 1960-1963, Box 337. Confidential.
- ¹⁰ JOHNSON, John J. *The military and society in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1964. p. 261
- ¹¹ PYE, Lucian W. Armies in the process of political modernization. In: JOHNSON, John J. (Ed.). *The role of the military in underdeveloped countries*. Princeton: Princeton University Press, 1962. p. 69.
- ¹² MILIKAN, Max F.; BLACKMER, Donald L. M. *The emerging nations: their growth and United States policy*. Boston: Little Brown, 1961. p. 113.
- ¹³ ROSTOW, Walt Whitman. Guerrilla warfare in underdeveloped areas. In: RASKIN, Marcus G.; FALL, Bernard (Ed.). *The Vietnam Reader*. New York: Vintage, 1967. p. 116.
- ¹⁴ Memorandum from the executive secretary of the Department of State [Lucius D.] Battle to the President's Special Assistant for National Security Affairs [McGeorge] Bundy. NSAM-118 – Participation of U.S. and Latin American Forces in the Attainment of Common Objectives in Latin America. Washington, February 5, 1962. Secret. In: U.S. DEPARTMENT OF STATE. *FRUS*, 1961-1963. v. XII, American Republics. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1996. p. 214-217.
- ¹⁵ Memorandum from Joint Chiefs to [President] Kennedy. November 30, 1961. In: *Ibid.*, p. 197-202.
- ¹⁶ Memorandum from [McGeorge] Bundy to [Dean] Rusk [Secretário de Estado] e [Robert] McNamara [Secretário de Defesa]. December 5, 1961. In: *Ibid.*, p. 214.
- ¹⁷ Defense Department Draft Paper. U.S. Policy for the Security of Latin America in the Sixties. Washington, D.C., May 19, 1961. In: U.S. DEPARTMENT OF STATE. Op. cit., p. 173.
- ¹⁸ Cf. RABE, Stephen G. *The most dangerous area in the world: John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America*. Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 1999. p. 130; SCHOULTZ, Lars. Op. cit., p. 394-397; SCHOULTZ, Lars. *Human rights and United States policy in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1981. p. 214.
- ¹⁹ Memorandum from [General Lyman L.] Lemnitzer to [President] Kennedy “Training of Police and Armed Forces of Latin America”. May 19, 1961. NARACP General records of the Department of State, Latin American Security File 1960-1963, Box 121. Top Secret.

- ²⁰ Cf. SCHOULTZ, Lars. Op. cit., p. 230-233.
- ²¹ Cf. STEPAN, Alfred. *The military in politics: Changing Patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971. p. 178.
- ²² NSAM-177. August 7, 1962. NARACP. General Records of the Department of State, National Security File 1960-1963. Meetings and Memoranda. Box 338. A respeito do *Office of Public Safety* ver também SCHOULTZ, Lars. Op. cit., p. 179-183.
- ²³ RABE, Stephen G. Op. cit., p. 131.
- ²⁴ KLARE, Michael T.; ARNSON, Cynthia. *Supplying repression: U.S. support for Authoritarian Regimes Abroad*. Washington, D.C.: Institute for Policy Studies, 1981. p. 247, 382-383. Apud RABE, Stephen G. Op. cit., p. 131.
- ²⁵ Cf. U.S. CONGRESS. Senate. Committee on Foreign Relations. *Executive Sessions of the Senate Foreign Relations Committee (Historical Series), 1959-1966*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1982-1993. v. 14. p. 433.
- ²⁶ Memorandum from [Chester] Bowles to [President] Kennedy. September 30, 1961. Op. cit.
- ²⁷ Cf. International Cooperation Administration Memorandum between A. Fitzgerald, Deputy Director, to Seymour J. Rubin, General Counsel. August 21, 1961. In: U.S. DEPARTMENT OF STATE. Op. cit., p. 179; Memorandum from Kenneth R. Hansen, Assistant Director of Bureau of Budget of Alliance for Progress, to [Chester] Bowles. September 28, 1961. In: *Ibid.*, p. 185-187.
- ²⁸ Memorandum from State Department to all posts in American Republics. April 18, 1962. In: *Ibid.*, p. 226-227.
- ²⁹ SCHLESINGER, Arthur M., Jr. *Robert Kennedy and His Times*. Boston: Houghton Mifflin, 1978. p. 466-467.
- ³⁰ Cf. RABE, Stephen G. Op. cit., p. 141-142.
- ³¹ Cf. ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- ³² A propósito das promessas do governo militar instaurado no Brasil em 1964 e do forte apoio que recebeu de setores civis ver GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (As Ilusões Armadas). Em especial, o capítulo “O Exército acordou revolucionário”, entre as páginas 83 e 125.
- ³³ SMITH, Tony. *America's Mission: the United States and the Worldwide Struggle for Democracy in the Twentieth Century*. Princeton: The Princeton University Press, 1994. p. 235.

Referências

- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIGLIO, James N. *The presidency of John F. Kennedy*. Lawrence: University Press of Kansas, 1991.
- JOHNSON, John J. *The military and society in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1964.
- MILIKAN, Max F.; BLACKMER, Donald L. M. *The emerging nations: their growth and United States policy*. Boston: Little Brown, 1961.
- PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *Criar ilhas de sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil*. Tese (Doutorado em História) - PUC, São Paulo, 2005.
- PYE, Lucian W. Armies in the process of political modernization. In: JOHNSON, John J. (Ed.). *The role of the military in underdeveloped countries*. Princeton: Princeton University Press, 1962.
- RABE, Stephen. *Eisenhower and Latin America: The Foreign Policy of Anticommunism*. Chappel Hill: University of North Carolina Press, 1988.
- RABE, Stephen G. *The most dangerous area in the world: John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America*. Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 1999.
- ROUQUIÉ, Alain. *O estado Militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- ROSTOW, Walt Whitman. Guerrilla Warfare in Underdeveloped Areas. In: RASKIN, Marcus G.; FALL, Bernard (Ed.). *The Vietnam Reader*. New York: Vintage, 1967.

SCHLESINGER, Arthur M., Jr. *Robert Kennedy and his times*. Boston: Houghton Mifflin, 1978.

SCHOULTZ, Lars. *Human rights and United States policy in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1981.

_____. *Estados Unidos: poder e submissão - uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, SP: Edusc, 2000.

SMITH, Tony. *America's mission: the United States and the worldwide struggle for democracy in the twentieth century*. Princeton: The Princeton University Press, 1994.

STEPAN, Alfred. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. *FRUS*, 1961-1963. v. VIII, National Security Policy. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1996.

_____. *FRUS*, 1961-1963. v. XII, American Republics. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1996.